

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 218 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

Grupo de Diálogo 04: Educação Profissional e Pesquisa como Princípio Pedagógico.

Práticas integrativas de educação ambiental

Márcia Maria de Jesus Santos, Instituto Federal de Sergipe, marmjsantos@gmail.com;
Aline De Jesus Sá, Instituto Federal de Sergipe, alinejsa.aj@gmail.com;
Katinei Santos Costa, SEED; Secretaria Municipal de educação, katineicosta@gmail.com;
Vitória Rodrigues Santos Pinheiro, Instituto Federal de Sergipe; vrodrigues248339@gmail.com;
Suellen Cristina Atanazio Santos, Instituto Federal de Sergipe, suellen.ifs2017ele@gmail.com;

Palavras-chave: Educação Profissional, Pesquisa como Princípio Pedagógico, Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Dentro do processo educativo está embutido diferentes elementos multidimensionais que podem e devem contribuir para a significação do ensino-aprendizagem. Cada componente curricular associado aos constituintes que perfazem as múltiplas escalas espaciais que circundam a realidade de cada escola formam a base teórica e prática da sedimentação, aplicação e transformação do conhecimento e do lugar no mundo. A não fragmentação desse conjunto de grande complexidade é uma via importante para proporcionar o exercício da criticidade dos envolvidos no processo educativo.

Diante desse intento, de articulação do conhecimento científico com as sociabilidades inerente ao lugar e a sua interdependência com as escalas mais amplas, neste relato, busca-se evidenciar a importância do protagonismo de alunos que compõem cursos técnicos integrado do Instituto Federal de Sergipe, campus Estância.

A constituição desse processo não se deu modo isolado apenas com a participação de alunos e professores envolvidos. Em todas as etapas a ação buscou integrar a comunidade em seu entorno, outras instituições de ensino e profissionais de diferentes áreas de conhecimento que agregaram conhecimento às ações de Educação Ambiental (EA) concretizadas na Instituição supracitada e propagadas além dos muros da Escola.

Esta experiência, se deu a partir da submissão de um Projeto de Extensão que foi realizado a partir dos pilares que a EA ambiental possibilita construir dentro do diálogo entre o conhecimento formal e o saber popular. O objetivo principal foi mobilizar a comunidade escolar e externa para implementar a troca de mudas e a criação de uma horta comunitária no Campus Estância. A partir deste objetivo várias ações foram concretizadas envolvendo diferentes agentes que contribuíram para concretizar ações que permitiram um novo olhar sobre as possibilidades que EA podem transformar o lugar, a partir do comprometimento com o seu o seu meio.

DESENVOLVIMENTO

Dentro deste viés de participação ativa, se pode citar o conceito de Isabel de carvalho sobre Sujeito Ecológico. Segundo a autora, “a identificação social e individual com esses valores ecológicos é um processo formativo que se desenvolvido a todo momento, dentro e fora da escola, e que tem a ver como o que chamamos a formação de um sujeito ecológico e de subjetividades ecológicas” (CARVALHO, 2013, p. 115).

A partir dessas subjetividades, buscou-se de diferentes maneiras o despertar do sujeito ecológico, consoante as individualidades de cada agente envolvido, as especificidades do lugar e a amplitude do senso de coletividade. A junção desses elementos potenciais permitiu a obtenção de resultados além do proposto inicialmente.

O processo de construção foi alicerçado a partir de um diagnóstico do conhecimento prévio dos alunos e seus familiares sobre práticas sustentáveis no cotidiano. Assim, como das perspectivas de comprometimento com o meio para contribuir a própria qualidade de vida. Para a execução das atividades propostas no projeto foi efetuada a revisão da literatura de diferentes áreas do conhecimento, como Geografia, Biologia, Sociologia, Agronomia, dentre outras que deram suporte teórico para a execução de práticas executadas durante a vigência do projeto, sendo que algumas destas continuam, tanto no ambiente escolar quanto na residência de vários alunos, a exemplo da horta agroecológica.

A execução do projeto se deu dentro do viés de não fragmentar o conhecimento e o próprio sentido de Espaço Geográfico a partir da interdependência entre os lugares e dos seus elementos

bióticos e abióticos. Assim, mesmo sendo ações localizadas, estas sempre estiveram associadas a temas socioambientais amplos que envolvem não apenas a qualidade de vida da sociedade atual e da vindoura, mas o sustentáculo ecológico para a manutenção da vida humana, ou seja, o equilíbrio de toda a cadeia ecológica. Neste sentido, os grandes temas socioambientais e políticos que afetam a dinâmica natural do planeta foram alicerce para gerar as discussões e as práticas desenvolvidas em todo o processo.

No Brasil, a EA é regulamentada a partir da Lei 9795/99, Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a qual prioriza sua prática enquanto um processo educacional mais amplo sendo esta "um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal" (BRASIL, 1999, p.1).

Dentro desse ciclo de desenvolvimento, a EA deve estar presente em todas as fases do processo educativo. Contudo, torna-se muito mais fácil e espontânea quando ela é trabalhada desde na Educação Infantil. O trabalhar com ações sustentáveis e o contato com a natureza de forma contínua desde a primeira fase da educação básica, imprime resultados mais abrangentes e solidificados na corrente de propagação da EA (BJORGE et al., 2017).

Vale ressaltar que, ao corroborar com essa perspectiva de obtenção de resultados mais consolidados quando se trabalha a EA desde a infância, não pretendemos anular ou secundarizar a prática da EA nos demais níveis da educação. Deve-se ainda atentar para o fato de que o tratar deste tema em sala de aula é bastante recente no mundo e no Brasil (DIAS, 1998). Logo, nos demais níveis de ensino, se deve-se priorizar fortemente a EA, sobretudo, pela possibilidade da ausência ou pela abordagem deficiente nos demais níveis educacionais que esses estudantes tiveram ao longo da vida estudantil. Além disso, deve-se pensar ainda naqueles que não participam mais do ambiente escolar e que, durante a jornada estudantil, não tiveram a oportunidade de serem contemplados com temas que tratassem sobre a EA.

Ao conciliar as demandas globais e locais referentes ao meio ambiente juntamente com a PNEA, emergem várias questões a serem trabalhadas no ambiente escolar e difundidas até a sociedade em geral, a exemplo da arborização, coleta seletiva, áreas de lazer que integram o sujeito ao meio, redução do consumo desnecessário, dentre outras.

Diante dessa perspectiva abrangente de diversidade de pessoas que precisam ser atingidas pelas práticas de EA, cabe mencionar que:

> *O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas (LIBÂNEO, 2002, p. 33).*

Essa assertiva demonstra a abrangência que a educação exerce na sociedade. Assim, cabe à escola oportunizar a integração entre os diferentes meios de convívios sociais, a partir de ações em que se permitam articular a teoria com a prática.

A partir dessa correlação, nesta pesquisa buscou-se priorizar e contribuir com a difusão da EA articulada à educação formal e à inclusão dos familiares dos alunos. Assim, priorizou articular elementos pertencentes à escala geográfica local, junto aos grandes temas socioambientais que se propagam em todas as escalas geográficas.

Ao recapitular algumas atividades realizadas durante a vigência desse projeto, pode-se citar a catalogação dos tipos de plantas presentes nas residências dos alunos, do *Campus* Estância. Logo após, foi determinada a área de cultivo para a implantação da horta no *Campus*. Posteriormente, foi realizada uma visita à cidade de Itabaiana - SE até uma propriedade rural onde os alunos bolsistas e voluntários conheceram algumas plantações de hortaliças orgânicas. Em seguida foi realizada uma visita técnica ao parque da sementeira situado na cidade de Aracaju - SE para a capacitação acerca de substratos.

Ademais, foi realizada a Primeira Semana da Sustentabilidade no *Campus* Estância. Este Evento foi propagado em todas as escolas que presentes na sede municipal da supracitada cidade. Assim, participaram das atividades os alunos do Instituto Federal de Sergipe, *Campus* Estância, e comunidades escolares privadas, municipais, estaduais, além de estar aberto à comunidade em geral. O evento foi coordenado pelos envolvidos nos projetos de extensão “Horta Solidária” e “Reciclando Atitudes”. O intuito da Semana da Sustentabilidade foi propagar a educação ambiental por meio de práticas sustentáveis, tendo como ferramentas para a multiplicação da EA, a partir de palestras, oficinas e minicursos, assim como a doação de mais de 5 mil mudas de plantas.

Todas as atividades tiveram um grande papel na multiplicação de práticas sustentáveis, visto que, possuíam como ferramentas a junção da teoria e prática para a melhora na propagação do

conhecimento sustentável. Dessa forma, pode -se destacar os minicursos “Implementação de hortas” e “Compostagem para a redução de resíduos e produção de adubo” e a palestra sobre as “Alternativas sustentáveis de cultivo de plantas em ambiente doméstico”, onde o público pôde observar os cuidados necessários para o cultivo de plantas em ambientes residenciais. Posteriormente, os alunos e demais participantes, partiram para a implementação da horta no campus. A ação foi integradora, pois todos tiveram participação na elaboração da horta presente na instituição.

Ao dar sequência, cabe ressaltar ainda a atividade efetivada I Semana da criança. Com a proposta de propagar o conhecimento e ensinar para as crianças sobre EA e sustentabilidade, na Escola Municipal Laura Cardoso, localizada nas proximidades do Instituto Federal de Sergipe, *Campus* Estância. Coordenada pelos orientadores do projeto, bolsistas e voluntários, além da contribuição de mais de 20 alunos do próprio Instituto.

Nesta ação foram realizadas oficinas, peça teatral e jogos para as crianças. Tais oficinas foram de confecções de brinquedos recicláveis, porta lápis reciclável, produção de terrários, pintura no rosto das crianças. Atendendo o público da creche que participaram oitenta crianças. Ademais foram ofertados lanches contendo alfaces colhidas da horta do *Campus*.

A peça teatral apresentada foi realizada com a participação dos alunos do campus, para ministrar cada papel, a mesma consistia no ensinamento sobre EA abrangendo sobre o assunto do desmatamento e poluição. Sendo um dos grandes problemas ambientais da atualidade, o desmatamento de forma ilegal e em grande quantidade, traz grandes problemáticas para o meio ambiente, como a diminuição das plantas que consecutivamente intensifica o aquecimento global do planeta. Por isso, umas das maneiras mais eficaz e integradora, é ensinar desde pequeno para as crianças a importância das plantas e do meio onde vivem.

O desenvolvimento dessas atividades permitiu evidenciar que a interação entre os alunos, se mostra importante, juntamente com a integração social a partir do compartilhamento de saberes. As atividades extraclasse viabilizam que os alunos interajam melhor entre os colegas e professores e a própria comunidade em que vive, propagando o conhecimento entre os familiares, amigos e outras instituições educacionais (figuras A e B).

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 223 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

Figuras A e B: Peça teatral e brincadeiras de roda com as crianças realizada na Semana da Criança



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Dentro das atividades desenvolvidas durante a vigência do Projeto, pode-se citar ainda a exposição na IV Feira de Ciências do Instituto Federal de Sergipe, Campus Estância. O bolsista e voluntário do projeto, ficaram responsáveis em apresentarem alguns métodos sobre a implantação de hortas em grandes e pequenos espaços, os principais nutrientes que as plantas precisam para a sua sobrevivência e algumas maneiras fáceis para manter as plantas vivas, principalmente hortaliças.

Figura C e D: Exposição das alfaces, adubos orgânicos e explicação aos convidados na Feira de Ciências



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as várias contribuições do Projeto, pode-se citar o despertar dos grandes temas socioambientais e os seus respectivos impactos no cotidiano de cada ser social, assim como foi

construída uma visão abrangente sobre a importância das pequenas ações que a própria população pode efetuar contribuindo para uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade do planeta.

Outrossim, a abrangência da contribuição no entrono escolar foi de grande relevância. Foi perceptível que ocorreu o despertar sobre a Educação Ambiental diretamente com alunos e professores das escolas que tiveram envolvimento com as atividades do projeto. Se pode constatar os bons resultados tanto nas escolas que visitaram o Campus, no total de 8 escolas visitantes, quanto aquelas em que foram visitadas pelos integrantes do projeto e demais voluntários. Neste sentido, se torna evidente, a partir da teoria apreendida, juntamente com a vivência prática a importância de se aplicar a EA no cotidiano de todos nos diferentes recortes espaciais. Ressaltando assim, o valor da coletividade e da economia solidaria que foi praticada e propagada nas atividades executadas.

REFERÊNCIAS

BJORGE, S.; HANNAH, T.; REKSTAD, P.; PAULY, T.. The Behavioral Effects of Learning Outdoors. In: **Masters of Arts in Education Action Research Papers.** (2017). Disponível em: http://sophia.stkate.edu/maed/232

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.795/99. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 17 abr. 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: Pernambuco, Marta; Paiva, Irene. (Org.). **Práticas coletivas na escola**. 1ed.Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124.

DIAS, Genebaldo Freire. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. 1ªed. Brasília: MEC, 1998.

LIBÂNEO, J.C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97.